

[ONU Mulheres e UNOPS assinam acordo para fortalecer a abordagem de gênero na gestão pública](#)

Cooperação entre as duas agências abarca projetos de infraestrutura, compras públicas e gerenciamento de projetos que implementam em parceria com os governos da região

A ONU Mulheres, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, e o Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS) assinaram um acordo para fortalecer a colaboração em suas atividades a favor da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres na América Latina e no Caribe.

[\(ONU Mulheres, 08/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O acordo entre as duas organizações foi assinado na Cidade do Panamá por Maria-Noel Vaeza, diretora regional da ONU Mulheres para as Américas e o Caribe; e Fabrizio Feliciani, diretor regional para a América Latina e o Caribe do UNOPS, na última sexta-feira (2/8).

O acordo assinado facilitará a implementação de ações conjuntas, o desenvolvimento de capacidades e o intercâmbio de boas práticas para fortalecer a incorporação da perspectiva de gênero e a paridade de ambas as agências e de suas respectivas atividades na América Latina e no Caribe. A ONU Mulheres e o UNOPS se complementarão por seu conhecimento e experiência na inclusão da abordagem de gênero em projetos de infraestrutura, compras públicas e gerenciamento de projetos que implementam em parceria com os governos da região.

O empoderamento das mulheres aparece como uma questão chave e transversal na [Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#) e é um elemento indispensável promover o acesso aos direitos humanos de mulheres e meninas e impulsionar o progresso em cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Notavelmente, o [ODS 9](#) tem como um de seus objetivos “desenvolver infraestrutura confiável, sustentável, resiliente e de qualidade, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com ênfase especial no acesso equitativo e acessível para todas e todos”.

Este objetivo é central, pois muitas vezes as necessidades de mulheres e meninas não são incorporadas nos projetos de desenvolvimento e infraestrutura. Isso resulta em marginalização e discriminação, o que afeta seu acesso à segurança e o pleno exercício de direitos, bem como sua capacidade de contribuir igualmente para a sociedade.

Maria-Noel Vaeza, diretora regional da ONU Mulheres, ressaltou que: “Este acordo é um passo importante em nosso trabalho conjunto sobre desenvolvimento sustentável e empoderamento das mulheres e, em particular, para contribuir para a transformação da maneira como planejamos e administramos a infraestrutura de nossas sociedades para que todas as pessoas possam contribuir e se beneficiar dela, especialmente mulheres e meninas. Da ONU Mulheres estamos trabalhando com todas as agências das Nações Unidas para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o que só será possível com a liderança, participação total e

contribuição de todas as mulheres”.

Por sua parte, Fabrizio Feliciani, diretor regional do UNOPS, disse o seguinte: “Incorporar a perspectiva de gênero nos programas e projetos do setor público não é apenas uma necessidade imperativa de se embarcar no caminho da igualdade. Também é algo muito prático multiplicar as conquistas, eficiências e efetividade do que fazemos. Como líderes, o que temos a fazer é explicar a todos que, se a perspectiva de gênero for melhorada em cada programa público: será mais bem-sucedida, será mais eficaz, certamente mais eficiente! Temos que descartar do inconsciente coletivo que ‘temos que fazer um favor às mulheres’: o que temos que explicar é que temos que colocar o enorme potencial das mulheres em ação para ter programas bem-sucedidos. É por isso que, para o UNOPS, a inclusão da perspectiva de Gênero e Diversidade é fundamental em nossa abordagem de gestão pública justa e equitativa”.

Parceria no Brasil - No Brasil, a ONU Mulheres e o UNOPS desenvolvem duas ações importantes. A primeira delas é a [campanha digital #MulheresNaInfra](#), realizada desde março nas redes sociais, em seguimento ao tema “Proteção Social, Serviços Públicos e Infraestrutura” da 63ª Sessão da Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres, ocorrida neste ano. O objetivo da campanha #MulheresNaInfra é chamar a atenção para a atuação de mulheres profissionais na área de infraestrutura e informar sobre como o investimento em infraestrutura pode contribuir para promover a igualdade de gênero.

Além disso, para este segundo semestre, está previsto o lançamento de um manual com diretrizes para o planejamento de parques diversos e inclusivos, que contempla os temas infraestrutura e parcerias público-privadas (PPPs). O material está sendo elaborado a partir de experiência no município de Porto Alegre.

[Direito à manifestação: PFDC solicita ao governo do DF medidas para assegurar realização da Marcha das Margaridas](#)

Mobilização por defesa de direitos está prevista para 13 e 14 de agosto e deve reunir, em Brasília, mais de 60 mil mulheres trabalhadoras rurais

[\(MPF, 07/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), órgão que integra o Ministério Público Federal, encaminhou nesta quarta-feira (7) ao governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, [ofício](#) no qual solicita a adoção das medidas necessárias para assegurar o direito à realização da Marcha das Margaridas, prevista para ocorrer nos dias 13 e 14 de agosto, em Brasília (DF). Realizada a cada quatro anos, a mobilização constitui a maior ação organizada na América Latina por mulheres do campo, da floresta e das águas. Em 2019, a expectativa é que mais de 60 mil mulheres trabalhadoras rurais de todo o país participem da atividade, que terá como lema “Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça,

igualdade e livre violência”.

No ofício enviado ao governador do DF, a Procuradoria destaca que o artigo 5º da Constituição Federal assegura a todos o direito de “reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigidos o prévio aviso à autoridade competente”. O órgão do Ministério Público Federal ressalta ainda que é responsabilidade do Estado assegurar a proteção à vida, à incolumidade das pessoas e garantir o respeito aos direitos expressivos, especialmente os de reunião e de protesto. Diante dessas garantias constitucionais, a PFDC solicitou ao governador Ibaneis Rocha as medidas necessárias à realização de uma manifestação pública e pacífica, bem como o acompanhamento da Marcha das Margaridas, “nela não intervindo salvo para garantir a segurança de suas participantes”, destaca o documento.

Saiba mais - Desde o ano 2000, camponesas de todos os estados marcham inspiradas pela história de Margarida Maria Alves - assassinada em 1983 enquanto lutava por direitos de trabalhadoras e trabalhadores do campo. Desde o seu surgimento, a Marcha das Margaridas vem se constituindo como uma importante ação de luta das mulheres do campo, da floresta e das águas contra a exploração e todas as formas de violência, e em favor de igualdade e autonomia para as mulheres. A mobilização é coordenada pela Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) e neste ano terá como eixo dos diálogos temas como soberania alimentar e energética, trabalho, renda e autonomia econômica.

Assessoria de Comunicação e Informação
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC)
Ministério Público Federal
(61) 3105 6083
<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br>
twitter.com/pfdc_mpf

[1ª Marcha das Mulheres Indígenas, por Carla Batista](#)

Indígenas, rurais, com apoio de outros movimentos de mulheres e feministas, em manifestação.

[\(Folha de Pernambuco, 01/08/19 - acesse no site de origem\)](#)

Dados do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) mostram que o desmatamento da Amazônia, só em junho de 2019, subiu 88% em relação ao mesmo mês do ano passado. A área equivale a 4 cidades do Recife. Nos últimos dias garimpeiros invadiram aldeia e mataram o líder indígena Emyra Wajãpi. Tiveram sua ação respaldada pela autoridade máxima do país, que disse não ter havido indício de que Emyra fora realmente assassinado. Nada mais, nada menos! Declarações que se somam a um projeto de destruição e morte. Nada a mais, tudo a

menos!

Neste contexto, que se agrava a cada dia, as mulheres vão novamente às ruas, num processo que vem se organizando e estabelecendo alianças há meses. A 1ª Marcha das Mulheres Indígenas acontece neste 2019 junto à Marcha das Margaridas. Contam com o apoio, na construção e na presença, de diversos movimentos de mulheres e feministas de todo o país.

Segundo Maria Leonice, coordenadora da Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia (AGIR), está acontecendo um importante envolvimento e mobilização nacional. “No momento atual, o governo brasileiro vem mostrando que não temos importância nenhuma para o planeta. A floresta não tem importância. Veja o nível de desmatamento, a investida do agronegócio... E, como mulheres indígenas, estamos ligadas ao meio ambiente e estamos lutando pela nossa sobrevivência”. Ela reforça e denuncia: “os movimentos que defendem seus territórios e as florestas, de indígenas e rurais, estão sendo assassinados. Por isso uma aliança com a Marcha das Margaridas: queremos mostrar que, apesar de sermos discriminadas no Brasil, temos causas comuns e estamos unidas nestas mesmas causas”. Elas terão um longo caminho até chegar ao seu destino. Para isso, [solicitam apoio](#).

Em maio, foi lançado em Berlim um mapeamento coordenado pela pesquisadora Larissa Mies Bombard, do Laboratório de Geografia Agrária da USP, sobre o nível de envenenamento de alimentos no Brasil. O elevado índice de resíduos agrotóxicos permitidos no país: nos alimentos, na água potável, contaminando o solo, provoca doenças e mata pessoas. E como temos acompanhado, a liberação deste envenenamento está ocorrendo de forma indiscriminada e irresponsável. A defesa das florestas, da demarcação das terras indígenas, assim como a defesa da reforma agrária, da agricultura familiar, da agroecologia, são pautas que estão relacionadas, inadiáveis para todas as pessoas que lutam pelo direito à vida.

Dorinha, que é cacique Pankara em Pernambuco, conta que no estado cada povo tem a sua organização, de acordo com a sua realidade. A das mulheres se dá, especialmente, em torno da questão territorial, mas discutem também violência contra as mulheres e políticas públicas. “Estamos unidas para combater os retrocessos do desgoverno que atingem em particular as mulheres. Estivemos com muita força no Acampamento Terra Livre (abril) e também faremos o acampamento indígena no período da Marcha das Margaridas”. Ela destaca a importância de união nesta conjuntura, para “nos fortalecer, na diversidade, para alcançarmos nossos objetivos. Caminhamos junto com os nossos companheiros nas lutas pela terra, saúde e educação. Ninguém solta a mão de ninguém, e a luta continua!”.

Não localizei a adesão e apoio explícitos, de forma significativa, de companheiros de movimentos sociais mistos, sindicatos urbanos, setores de esquerda que têm bandeiras comuns. Este será um daqueles momentos que farão a história das lutas no nosso país. O sentido político do seu fortalecimento frente às demandas da conjuntura deveria ser um estímulo para as alianças, ainda que fossem apenas contingentes.

O [Atlas: Geografia do uso dos agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia](#), de Larissa Mies Bombardi - Laboratório de Geografia Agrária da FFLCH da USP. SP, 2017, [pode ser acessado](#).

Carla Gisele Batista é historiadora, pesquisadora, educadora e feminista desde a década de 1990. Graduiu-se em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pernambuco

(1992) e fez mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (2012). Atuou profissionalmente na organização SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia (1993 a 2009), como assessora da Secretaria Estadual de Política para Mulheres do estado da Bahia (2013) e como instrutora do Conselho dos Direitos das Mulheres de Cachoeira do Sul/RS (2015). Como militante, integrou as coordenações do Fórum de Mulheres de Pernambuco, da Articulação de Mulheres Brasileiras e da Articulación Feminista Marcosur. Integrou também o Comitê Latino Americano e do Caribe de Defesa dos Direitos das Mulheres (Cladem/Brasil). Já publicou textos em veículos como *Justificando*, *Correio da Bahia*, *O Povo* (de Cachoeira do Sul).

‘Funil que restringe mulheres na política está dentro dos partidos’, diz socióloga Fátima Jordão

Para Fátima Pacheco Jordão, maior representação feminina na política requer alterações nos mecanismos internos dos partidos, que favorecem antigas lideranças

(O Estado de S.Paulo, 31/07/2019 - acesse no site de origem)

A subrepresentação feminina política, [mostrada pelo Estado em especial no último fim de semana](#), é consequência de regras partidárias que freiam a construção de novas lideranças femininas, dizem analistas ouvidas nesta quarta-feira, 31. Embora seja a maior da história, a [representação das mulheres nas Assembleias Legislativas dos Estados não passa de 15%](#) - o mesmo percentual da atual legislatura da Câmara dos Deputados.

Para a socióloga Fátima Pacheco Jordão, as estruturas internas dificultam o aumento da participação das mulheres, e deveriam ser alteradas. “O grande funil que restringe participação de mulheres na política está dentro dos partidos, não está na legislação, não está na capacidade da mulher. É uma questão efetivamente dos mecanismos internos dos partidos políticos, dos mais tradicionais até os mais recentes”, disse em entrevista à TV Estadão.

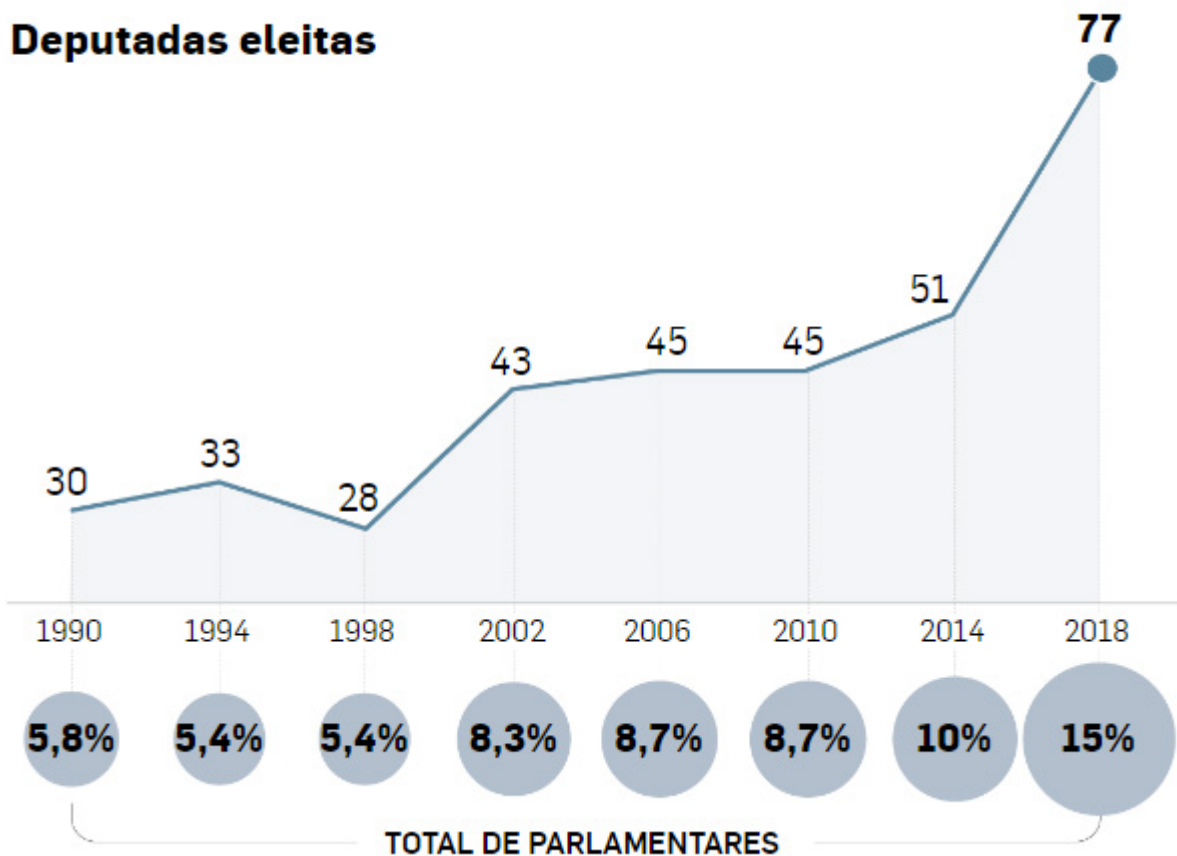
“A participação política da mulher no Brasil é uma das mais atrasadas da América do Sul. É uma questão dramática que segura o desenvolvimento social e econômico do País”, afirmou.

A professora da Universidade de Brasília (UnB) e presidente da Associação Brasileira de Ciência Política, Flávia Biroli, também critica a falta de democracia interna dos partidos políticos. “Quantas mulheres os partidos indicam para as secretarias estaduais? E para as municipais? Isso também diz muito sobre como operam as barreiras informais que, na prática, comprometem a cidadania política das mulheres e reproduzem as desigualdades”, questiona.

As duas especialistas defendem uma reforma política que garanta uma quantidade mínima de assentos para mulheres no Congresso Nacional, nas Assembleias Estaduais e nas Câmaras de Vereadores. A [luta pelo aumento da participação feminina política é pauta da Comissão da Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara](#), que tem como objetivo conseguir 20% de assentos mínimos para representantes do sexo feminino.

Mulheres na câmara

Representação ao longo das legislaturas desde a redemocratização



Fonte: Câmara dos Deputados

Por Paulo Beraldo e Vinicius Passarelli, especial para O Estado

[Marielle Franco vira símbolo mundial de](#)

resistência na Europa. Por quê?, por Nina Lemos

Andando pelas ruas da Alemanha no mês do orgulho gay (celebrado em julho) é possível dar de cara com vários cartazes com a imagem de Marielle Franco. Seu rosto, com as cores do arco íris, está ao lado de um texto que diz: “marche e proteste com orgulho”. O texto é referência às marchas do orgulho gay que acontecem em todo o mundo.

[\(Universa, 29/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O poster foi feito pela Anistia Internacional Alemã, que decidiu, nesse ano, que Marielle (juntamente com outros três ativistas LGBT) deveria ser uma das homenageadas dentro da campanha “Coragem precisa de proteção.”

Não é só na Alemanha que Marielle é lembrada. A imagem e a história da vereadora, assassinada em 2018, roda o mundo. Em setembro, será inaugurado um parque com seu nome em Paris. Em Portugal, uma rua deve ganhar o nome dela. A decisão foi aprovada por unanimidade por todos os parlamentares da cidade. Ela rompeu a barreira do Brasil. Virou um símbolo internacional para todos que lutam pelos direitos humanos. Por quê?

Caso emblemático

No caso da campanha alemã, Marielle é homenageada junto com outros três ativistas: Zak, ativista LGBT grego que foi assassinado em circunstâncias ainda não esclarecidas. Alejandra, uma mulher trans de El Salvador que, depois de lutar mais de dez anos pelos direitos LGBTs está presa nos Estados Unidos por mais de 1 ano, e Luna, uma mulher trans da República Dominicana que luta pelos direitos dos trabalhadores sexuais e foi torturada e estuprada pela polícia.

Além dos pôsteres, a Anistia Internacional Alemã tem tirado fotos de participantes de paradas de orgulho LGBT e colocando nelas um adesivo de “justiça para Marielle”. Eles também distribuem cartões com a imagem da carioca para que pessoas de todo o mundo mandem cartas para o governo brasileiro pressionado por justiça.

“O caso é emblemático para muitos defensores dos direitos humanos em todo o mundo. Ela foi muito corajosa, uma lutadora maravilhosa pelos direitos humanos e pelos direitos dos marginalizados. Ela foi discriminada e vitimada por várias razões, por vir de uma situação econômica pobre, por sua cor, sua identidade sexual e sua orientação sexual.

Quando defendemos seu caso, estamos não apenas tentando criar uma situação melhor para ela e sua família, mas também para tentar esclarecer seu caso”, diz Sarah Fremberg, assessora da Anistia Internacional em Berlim.

Segundo ela, é um exemplo e uma lembrança para que outros casos como o dela não se repitam. “Nós queremos cuidar do seu caso como um exemplo para vários outros defensores dos direitos humanos do mundo, para que aqueles que tentam melhorar a qualidade de vida dos grupos que são discriminados no mundo todo possam ter segurança”, diz Sara.

A Anistia Internacional, além dessa campanha, segundo Sara, trabalha junto com a

organização no Brasil para pressionar o governo a esclarecer e fazer justiça ao caso Marielle.

Parque Marielle Franco

Segundo a historiadora francesa Maud Chirio, especialista em Brasil, Marielle representa um ponto de mudança na história do Brasil. “Foi o momento em que ficou realmente claro que o país estava entrando em um momento mais autoritário e reacionário. Algo foi rompido ali, e isso ficou claro em todo o mundo, acendeu um alerta”, diz. “Ela era uma mulher negra, favelada, bissexual e que não temia os poderosos, isso faz dela um símbolo de luta e coragem para o mundo inteiro”, diz. Maud é integrante do RED (Rede Européia pela Democracia no Brasil), um dos grupos responsáveis pela conquista da praça com o nome de Marielle Franco.

“O que achamos mais importante, e celebramos, é o fato dela ganhar um espaço onde sempre será lembrada, onde a placa não será arrancada”, ela diz, se referindo ao fato dos vereadores que quebraram uma placa com seu nome. “Ela não pode ser esquecida.

Esse é nosso trabalho e é importante deixar claro que muita gente no mundo, além do Brasil, reconhece isso e não deixará sua memória sumir”, diz.

Especialista em história brasileira desde o início dos anos 2000, Maud vê no exemplo dela também a opressão que mulheres enfrentam ao fazerem parte do ambiente político no mundo todo. “Ainda são raras mulheres na política. E elas muitas vezes são vítimas de ódio. No caso de Marielle, é terrível, porque além de ter sido assassinada por saber demais, ser corajosa e significar tantas coisas, ela continua sendo odiada até hoje.

Arrancar uma placa de rua com seu nome, como aconteceu no Brasil, é uma violência muito grande. É querer apagar completamente a pessoa. Ela não pode ser esquecida.”

“A sociedade precisa tomar medidas para proteger com muito cuidado aqueles que lutam contra a discriminação, o racismo e a injustiça. A política não deve dividir os interesses das pessoas. Os políticos deviam se unir para proteger aqueles que estão em uma situação mais vulnerável que eles. Todo mundo pode fazer alguma coisa contra discriminação e injustiça”, diz Sara. Lembrar da vereadora e pedir justiça para elas, segundo Sara, faz parte daquilo que qualquer um pode fazer. E, não, ela não pode ser esquecida.

Nina Lemos é jornalista e escritora, tem 46 anos e mora em Berlim. É feminista das antigas e uma das criadoras do 02 Neurônio, que lançou cinco livros e teve um site no UOL no começo de 2000. Foi colunista da Folha de S. Paulo, repórter especial da revista Tpm e blogueira do Estadão e do Yahoo. Escreveu também o romance “A Ditadura da Moda”.

[Apesar de política pró-agrotóxicos,](#)

margaridas resistem, por Giulliana Bianconi

Na Marcha das Margaridas, mulheres produtoras do campo e da floresta, indígenas e quilombolas ocuparão as ruas de Brasília, apoiadas pelas mulheres urbanas

(Época, 28/07/2019 - acesse no site de origem)

Existem poucas coincidências em Brasília. Três dias após o presidente Jair Bolsonaro afirmar que “falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira”, a lista de agrotóxicos liberados no país teve 51 novos produtos e fórmulas aprovados pelo Governo (Anvisa, Ibama e Ministério da Agricultura). Ponto para o agronegócio, que tem na ministra da Agricultura, Tereza Cristina — a líder da Bancada Ruralista no Congresso —, uma entusiasta da flexibilização das regras para fiscalização e aplicação dos agrotóxicos.

O contraponto a essa figura feminina não feminista e tudo que ela endossa à frente de um ministério pouco interessado até o momento em discutir o setor agrícola para além do agronegócio será feito por milhares de mulheres que se organizam para a Marcha das Margaridas. De acordo com as organizadoras, são esperadas 100 mil mulheres na capital federal daqui a duas semanas.

A soberania alimentar é uma das bandeiras da Marcha das Margaridas. As mulheres produtoras do campo e da floresta, indígenas, quilombolas ocuparão as ruas de Brasília, apoiadas pelas mulheres urbanas, para reivindicar um Brasil que ainda é numeroso: o dos produtores locais que querem defender sua cultura alimentar e a diversidade dos modos de distribuição e consumo dos alimentos. Uma reivindicação que fala, inclusive, sobre a gestão do campo. De acordo com dados do Censo Agro (IBGE, 2017), o campo agrário, assim como a cidade, reflete também o avanço histórico das mulheres nos espaços de produção. Entre 2006 e 2017, o total de estabelecimentos agrícolas conduzidos por produtoras saltou de 12,7% para 18,6%. Há estados em que essa taxa, de mulheres produtoras, passa dos 20%, como Bahia, Pernambuco e Maranhão.

Do estado governado por Flávio Dino, recentemente chamado de “governador de paraíba” pelo presidente da República, sairão pelo menos 70 ônibus organizados. “É o maior grupo que já foi para a Marcha das Margaridas partindo daqui do Maranhão”, me disse a professora de filosofia Lavínia Moreno. Integrante do Coletivo de Mulheres do Maranhão, do Fórum de Mulheres Maranhenses e do Fórum de Filosofia do Maranhão, ela vai pela primeira vez à Marcha — que acontece a cada quatro anos, desde 2000. “Não havia como não ir neste ano, precisamos fazer a resistência a esse governo.” Em Pernambuco, estão confirmados 42 ônibus, somando cerca de 2 mil mulheres.

“Vamos a Brasília dizer que não há o que conversar com o presidente da República”, me revelou Raisa Rabelo, que integra ainda a Marcha Mundial das Mulheres, movimento feminista iniciado naquele mesmo 2000. Ela afirma que há 19 anos, quando as duas marchas começaram, existia uma perspectiva de diálogo com o governo Fernando Henrique Cardoso, mesmo que a política econômica fosse bastante liberal. “Agora vamos lá para ocupar nosso espaço, como uma forma de protesto”, diz. Em 2015, governo Dilma, o tom era bem diferente,

e representantes da Marcha das Margaridas chegaram a entregar a pauta do movimento ao então ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Miguel Rosseto.

Parte das mulheres que estarão marchando e que assumem essa face mais combativa nesta edição da Marcha produz alimento sob os conceitos da agroecologia, e isso significa que renegam sementes transgênicas e pesticidas [extremamente](#) tóxicos (na lista de 51 novos agrotóxicos aprovados recentemente, 17 estão classificados como extremamente tóxicos), prezam pela biodiversidade, pela preservação e conservação ambiental. Sem dúvida, um Brasil à parte de Brasília.

Por Giulliana Bianconi

Representação feminina nas Assembleias não passa de 15%

Levantamento mostra a participação de mulheres nos parlamentos dos 26 Estados e do Distrito Federal; apesar de a atual legislatura ter atingido a maior presença de deputadas nos legislativos estaduais, ela ainda é muito inferior à dos homens

[\(O Estado de S.Paulo, 27/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)



De cada 100 deputados estaduais brasileiros, **15 são mulheres**. Dos 1.060 eleitos em 2018 para os legislativos nos Estados, **163 são mulheres**. Ainda que esta seja a maior participação feminina alcançada nos parlamentos brasileiros, ela é um retrato da subrepresentação. No Amapá, um terço das cadeiras é ocupada por mulheres, enquanto no Mato Grosso do Sul nenhuma parlamentar tem vaga na assembleia local.

A baixa representação feminina na política tem fatores sociais, culturais e econômicos e não está livre de freios. Passa pela divisão sexual do trabalho, que toma mais tempo e energia das mulheres, e chega à resistência de dirigentes partidários em abrir espaço para lideranças femininas, o que colabora para reproduzir o caráter masculino da política.



“É uma das muitas dinâmicas sociais em que a reprodução das hierarquias vai sendo justificada pelas posições, experiências e interesses dos que hoje estão em vantagem nessas mesmas hierarquias”, afirma a pesquisadora **Flávia Biroli**, professora da Universidade de Brasília e presidente da Associação Brasileira de Ciência Política.

No Congresso Nacional, líderes de partidos trabalham com a possibilidade de **reduzir de 30%**

para até 10% o percentual mínimo de candidatas mulheres a cargos no Legislativo. Também discutem um abrandamento das punições para legendas que não seguirem as regras.

Veja todos infográficos da reportagem [neste link](#).

Por Paulo Beraldo e Vinicius Passarelli / Infografia: Edmilson Silva, Gisele Oliveira e Marcos Brito / Colaborou: Ana Luiza Carvalho

25 de julho: A visibilidade da mulher negra e a luta para romper o silêncio

A data oportuniza a discussão sobre os meios para superar a opressão histórica sobre as mulheres negras

(Brasil de Fato, 25/07/2019 - acesse no site de origem)

Mesmo pertencendo a maior parcela da população, uma vez que vivemos em um país no qual temos uma maioria de negros e mulheres, as mulheres negras permanecem sendo as mais exploradas e negligenciadas socialmente. Realidade que pode ser constatada nos dados que tratam do mercado de trabalho, no mapa da violência ou na representatividade política. A frente e por trás disso, o racismo e preconceito, cada vez mais arraigados. O dia 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Afro-Latina, Americana e Caribenha e também Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, é uma boa oportunidade para a reflexão sobre essa situação.

No país, elas são 55,6 milhões, chefiam 41,1% das famílias negras e recebem, em média, 58,2% da renda das mulheres brancas. Os dados foram extraídos do [Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça](#), de 2015, feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Já no Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o último Censo, em 2010, a população negra é de 22%. Sendo esse percentual baseado na autodeclaração, a estimativa variável é que haja 17% de mulheres negras. Cabe observar que ao falar de mulheres negras, estão as mulheres pretas, pardas (de diversas miscigenações).

Quando observamos os dados de homicídios, os dados não são nada animadores. De acordo com o [Atlas da Violência 2019](#), foram registrados 4.936 assassinatos de mulheres em 2017, sendo que 66% das vítimas é negra, morta por armas de fogo, tendo boa parte acontecido dentro de casa. Na política, dados da campanha [Mulheres Negras Decidem](#) apontam que, em 2018, dos 513 parlamentares, apenas 10 eram mulheres negras.

No mercado de trabalho, de acordo com Lucia Garcia, economista do Dieese e especialista em mercado de trabalho, em 2017, quando ultrapassávamos o período em que a crise brasileira e latina se tornou crônica, se observa que as mulheres negras voltam a enfrentar taxas de desemprego (21,1% da Força de Trabalho negra feminina) muito mais altas que as mulheres não negras (11,1%) e do que os homens não-negros (9,4%), tornando-se assim o grupo mais

vulnerável ao desemprego.

“Além disso, quando obtiveram ocupações, as negras estavam em maior proporção em inserções vulneráveis, como o assalariamento ilegal (sem a CTPS assinada), 6,6% das ocupadas negras, enquanto entre as não-negras essa proporção era de 3,8%. Enclaves produtivos associados ao trabalho pesado e pouco valorizado também tradicionalmente são os lugares da mulher negra, como o emprego doméstico, que absorvia 23,4% das negras ocupadas, ao passo que apenas 11,5% da não negras. [Como resultante desse quadro, a remuneração das negras tem ficado muito aquém de outros segmentos populacionais](#) (68% do rendimento médio dos homens não negros)”, aponta.

“No período recente, as mulheres negras conheceram melhoria em sua condição no mundo do trabalho, sobretudo entre 2005 e 2014, mas tão logo o esgotamento do modelo do governo democrático-popular se apresentou, sendo substituído pelo austericídio, a condição dessa população piorou rapidamente”, conclui.

Para além dos números

Além de confrontar os números, há a realidade subjetiva que precisa ser analisada quando falamos da luta e resistência das mulheres negras, subjetividade observada no silenciamento e abafamento de suas vozes. Para a doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Winnie Bueno, o pacto narcísico da branquitude e as novas formas de silenciamento da violência racial são duas características contemporâneas que aprofundam os desafios do combate ao racismo no Brasil. “Estamos sendo governados por um presidente que nega a existência do racismo. Isso é grave, isso é bastante sério e isso faz com que o governo possa se omitir de enfrentar o racismo enquanto problema social”, ressalta.

Ela destaca que as mulheres negras vivem uma tensão dialética entre ativismo e opressão, o que faz com que os momentos de maior violência sejam também momentos de ampliação de formulações políticas, educacionais e estratégicas. “É um momento onde direitos dos grupos oprimidos estão sendo mais diretamente atacados, e isso impacta na vida de mulheres negras, mas é também nesses momentos que as formulações e estratégias políticas desenvolvidas por essa coletividade adquirem complexidade”.

No que diz respeito ao Sul do país, para além de todos os desafios relacionados ao racismo e ao sexismo, temos a questão da invisibilidade, frisa Winnie. “A narrativa que não existem pessoas negras no Sul faz com que a nossa atuação seja mais dificultada. A primeira organização de mulheres negras do Brasil nasceu aqui, a ONG Maria Mulher, da educadora Maria da Conceição Fontoura. Entretanto, não é nacionalmente reconhecida e celebrada como é Sueli Carneiro, por exemplo. Essas mulheres são contemporâneas, ativistas fundamentais para a luta de mulheres negras, mas a dinâmica de marginalização das mulheres negras no sul oculta trajetórias”, conclui.

Pioneira

A ONG Maria Mulher foi a primeira organização a juntar feminismo e movimento negro no país. Ela foi construída em 1987, momento da redemocratização do país. Na época, de acordo com Sandra Maciel, uma das coordenadoras da ONG juntamente com Maria Conceição Lopes Fontoura, o movimento negro tinha as suas pautas mas as mulheres negras estavam construindo as suas próprias formas de enfrentamento ao racismo e ao machismo. Ao se analisar a situação das mulheres negras no estado, afirma, “Estamos por nossa própria conta,

fazendo os caminhos, criando oportunidades, porque ainda somos as últimas da pirâmide em uma sociedade racista e sexista”.

Em relação aos avanços, Sandra destaca a conquista em postos de trabalho, onde eram vistos somente pessoas não negras. “Colorimos as universidades do Brasil afora”. Em contrapartida os retrocessos, aponta, são os a sociedade está vivendo na questão da reforma da aposentadoria, nas mudanças das leis trabalhistas, nos ataques na educação. Ao abordar a questão dos números de violência às mulheres negras, Sandra, frisa que a precariedade das condições sociais, econômicas, psíquicas faz da mulher negra uma vítima potencial de quase todos os tipos de violência e nisso está incluso os homicídios e feminicídios.

Mídia (jornalismo), judiciário e mercado editorial

Esses três segmentos, assim como em tantos outros, refletem a imagem e presença da mulher negra na sociedade como um todo, onde a estética não é aceita, a história é invisibilizada e a voz abafada.

Para a jornalista Jeanice Dias Ramos, as dificuldades não terminaram para as mulheres negras jornalistas, mas apesar de todos os percalços, ela acredita que a nova geração traz uma nova esperança e perspectiva. “Nós, jornalistas negras, com eu, a Vera Daisy, a Vera Cardozo, a Delcinara Nascimento, passamos por uma etapa muito difícil. Éramos muito solitárias nas redações, uma no meio de uma multidão. Isso está alterando, é um grãozinho de areia, mas está alterando. As novas jornalistas negras estão abrindo mais espaço, e não é um processo tão doloroso como foi o nosso. Os tempos são outros, as mentalidades não estão tão enraizadas”, acredita.

A também jornalista e repórter, Fernanda Carvalho, enfatiza que ainda se está muito aquém do ideal. “Temos que seguir caminhando e abrindo espaços”, afirma. Tratando da presença das mulheres na mídia e no jornalismo, Fernanda pontua que duas questões precisam ser vistas: a visibilidade e a representatividade. “Visibilidade é bacana, é bom vermos mais profissionais negras diante da tela, por exemplo, mas ainda precisamos estar nos outros espaços: redatores, editores, pauteiros.. Aí entra a representatividade. Temos que ter voz ativa nos espaços decisórios”, analisa.

De acordo com ela, na prática, infelizmente, depende-se de uma profissional negra em muitas redações para que as pautas ganhem espaço. “De uma maneira geral, quem pensa o jornalismo não é ainda sensível neste sentido. E quando é, parece que ainda não o suficiente. Ainda temos muito a avançar, mas também é importante vermos que já caminhamos neste sentido”, observa.

Ao se falar de espaços de poder, a juíza Karen Luise Vilanova Batista de Souza Pinheiro, da 1ª Vara do Júri de Porto Alegre, relata que as mulheres negras não ocupam esses espaços, que a ausência é visível em todos eles: executivo, legislativo e judiciário. “Essa condição gera um saldo negativo de vocalização de demandas próprias, precarizando condições de sobrevivência. Quem melhor pode dizer sobre a escola, o saneamento básico, o sistema de saúde, a habitação, o salário para uma mulher negra do que ela própria? Ninguém. Portanto, vivemos um quadro dramático”, analisa.

No setor Judiciário, Karen aponta que a realidade é de um setor branco e do gênero masculino. “Realizamos a justiça com esse viés unidimensional sobre o mundo. Não há pluralidade e diversidade no Poder Judiciário. Represento menos de 1% da magistratura feminina preta

brasileira”, afirma. A magistrada conta que na maioria das vezes, em encontros com estudantes, eles dizem nunca terem visto uma juíza negra.

“O que significa dizer que gerações não constituem sua identidade de forma positiva, compreendendo como possível estarem em determinados lugares e exercerem certas funções. Ao contrário, mulheres negras constituem-se de modo negativo, percebendo-se como incapazes de ocupação de espaços e de exercício de poder. Acaso as coisas permaneçam como estão, nada mudará”, reflete. Para ela, vive melhor a mulher negra e sua família quando lhe são garantidos direitos sociais e trabalhistas.

No mercado editorial a jornalista e editora literária Fernanda Bastos, da editora Figura de Linguagem, diz que o segmento é muito similar aos outros espaços. “O racismo é estrutural, e o mercado editorial reflete essas opressões de gênero, raça e classe. Avanços têm sido conquistados, especialmente a partir do século 21, por conta da organização das mulheres negras, mas os ganhos coletivos surgem lentamente”, observa.

Pode-se ter uma ideia das dificuldades enfrentadas, conforme Fernanda, ao pensar no fenômeno literário do século 20 que foi Carolina Maria de Jesus, em como foi difícil para ela se inserir e como, até hoje, tentam deslegitimar seus feitos e sua obra. “Mesmo sendo esse arrasa-quarteirão em vendas e trazendo a perspectiva dela, o lugar de fala, ainda assim houve estranhamento e rejeição do mercado”, pontua.

Na avaliação da editora, escritoras africanas que são sucesso de venda, como Chimamanda Ngozi Adichie, têm demonstrado que a experiência negra no mundo tem qualidade literária é vendável e contribui para uma nova perspectiva quando o assunto é literatura feita por mulheres negras. “Essas autoras mundialmente conhecidas alargam as possibilidades de consumo para outras mulheres negras, pois há um público que há muitos anos vinha sendo desprezado e que hoje começam a ser atendidos. Os êxitos de vendas e de projeto literário de Conceição Evaristo, Geni Guimarães e Ana Maria Gonçalves são exemplares do poder das narrativas de mulheres negras no Brasil”, afirma

Fernanda Carvalho sintetiza os desafios das mulheres negras em fazer com que suas pautas sejam vistas de maneira tão universal como outras pautas são. “Por exemplo, não vemos o genocídio da juventude negra ser tratado pela mídia - generalizando - como um problema do país. Parece que é um problema só nosso. Se é a mãe negra que chora, a gente que se resolve”, exemplifica. “Não há retrocesso maior do que voltarmos a dizer nos dias de hoje que somos todos iguais. Ou, pior ainda, que racismo nem existe. Não vamos deixar o mito da democracia racial, que só nos atrasou na luta por equidade, volte e ganhe força novamente. Vamos seguir em frente, honrando os passos daquelas que vieram antes de nós e pelas mulheres negras que darão continuidade a nossa luta”, finaliza.

Resistência e luta

“O 25 de julho nos lembra de nossos desafios, de nossas dores, mas também nos unifica. É um momento importante para debatermos os meios para superarmos a opressão histórica que opera em diversos níveis sobre as mulheres negras. Se o momento político é desfavorável para os ativismos, não é novidade para as mulheres negras, porque costumamos cavar nosso espaço sem contar com muita empatia”, conclui Fernanda Bastos.

Em 1992, na cidade de Santo Domingo, na República Dominicana no Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas, criou-se a Rede de Mulheres Afro-latino-americanas

e Afro-caribenhas, onde definiu-se o dia 25 de julho como Dia da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha. No Brasil, oficializou-se a data em 2014, quando a então presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.987 determinando o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.

Tereza de Benguela, foi uma mulher quilombola, rainha e chefe de estado, que viveu no século XVIII no Vale do Guaporé. Ela liderou o Quilombo de Quariterê, no estado do Mato Grosso, que resistiu da década de 1730 até o final do século.

Atividades alusivas ao dia 25

Nesta quinta-feira, acontece uma aula pública, na Esquina Democrática, no centro de Porto Alegre, a partir das 17h. O debate vai contar com a participação de Claudenice Rodrigues (moradora da Ocupação Lanceiros Negros e integrante do Movimento de Mulheres Olga Benario); Carla Zanella (coordenadora da Emancipa Mulher - Escola Feminista e Antirracista, cientista social, graduanda em direito); Tainah Motta do Nascimento (Advogada lesbofeminista antirracista e mestranda em Educação pela Unisinos, pesquisadora da trajetórias de professoras negras lésbicas no ensino público); e Lucia Garcia (Economista e especializada em teoria econômica, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Economia/ UFRGS, técnica do DIEESE e professora da Escola Ciências do Trabalho do DIEESE, coordenadora dos estudos e informativos sobre a inserção da População Negra em mercados de trabalhos metropolitanos, bem como sobre a condição de inserção produtiva das Mulheres Negras).

No sábado (27), acontece o debate “Mulher Negra Latino-americana e Caribenha e Lei 10.639/03”, no Bar da Carla, na Lobô da Costa, 24, Porto Alegre, a partir das 14h30. A roda de conversa terá a participação de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (professora da rede municipal e criadora e coordenadora do Projeto Meninas Crespas); Perla Santos (professora da rede estadual, integrante do Coletivo Alicerce); e Karen Santos (vereadora de Porto Alegre pelo PSOL e Procuradora Especial da Mulher na Câmara de Vereadores).

Por Fabiana Reinholz | Edição: Marcelo Ferreira

[Marcha das mulheres negras acontece em diferentes capitais do país](#)

Ato reúne população feminina negra pelo fim do racismo e contra a conjuntura política que afeta majoritariamente esse grupo social

[\(Alma Preta, 23/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A marcha das mulheres negras acontece em Belém, Salvador e São Paulo neste dia 25 de julho, quinta-feira. No Rio de Janeiro, a mobilização será no dia 28, domingo. O ato reunirá uma diversidade de mulheres negras para gritar contra o racismo, feminicídio, LGBTfobia, mortalidade materna, violência obstétrica e racismo religioso e ambiental.

O protesto também critica os cortes na educação, a reforma da previdência e o pacote de segurança pública do Ministro da Justiça, Sérgio Moro. De acordo com as manifestantes, essas são as medidas que afetam de forma mais sensível as mulheres negras.

“A marcha reivindica não só para nós, mulheres negras, mas para toda sociedade condições dignas de vida nas esferas municipal, estadual e federal”, conta a jornalista, mestranda em comunicação pela USP e uma das articuladoras do movimento, Cinthia Gomes.

Em São Paulo, após reunir mais de 7 mil pessoas no ano passado, o ato será na Praça da República. A programação vai contar com intervenções artísticas e políticas do bloco afro Ilú Obá de Min e de cantoras e poetisas negras.

Também haverá uma aula pública de Nilma Bentes, fundadora do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará e idealizadora da marcha que levou 50 mil mulheres à Brasília em 2015.

Ela vai abordar o conceito de Bem Viver – filosofia indígena que propõe uma outra forma de organização social, contrária ao acúmulo de capital e à exclusão – e como ele se insere na vida das mulheres negras.

Para incentivar a participação das mães e fortalecer o vínculo e o pertencimento com a ancestralidade negra, na marcha da capital paulista também haverá uma marchinha das crianças negras, com concentração às 17h.

A marcha faz alusão ao dia 25 de julho, data em que é comemorado o Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha. Também é celebrado o Dia Nacional da Mulher Negra e Dia Nacional de Teresa de Benguela, importante líder quilombola que viveu no século XVIII.

Mobilização em cada capital

4ª Marcha das Mulheres Negras em Belém

Com o lema “Mães negras amazônidas em luta contra o genocídio do povo negro”, o ato será pelas ruas do bairro do Guamá em 25 de julho, quinta-feira. A concentração começa às 16h na Avenida Rio Tucunduba. Para mais informações, acesse a [página do evento](#) no Facebook.

3ª Marcha das Mulheres Negras em Salvador

Sob o mote “Por uma Bahia livre do racismo”, o ato será no centro da capital baiana em 25 de julho, quinta-feira. A concentração começa às 13h na Praça da Piedade. Para mais informações, acesse a [página do evento](#) no Facebook.

4ª Marcha das Mulheres Negras em São Paulo

O lema escolhido é “Sem violência, racismo, discriminação e fome! Com dignidade, educação, trabalho, aposentadoria e saúde!” e o ato será pelas ruas da região central também no dia 25 de julho, quinta-feira. A concentração começa às 17h30 na Praça da República. Para mais informações, acesse a [página do evento](#) no Facebook.

4ª Marcha das Mulheres Negras no Rio de Janeiro

Com o mote “Mulheres Negras resistem: em movimento por direitos, contra o racismo, o

sexismo e todas as formas de violência”, o ato será no dia 28 de julho, domingo. A concentração começa às 10h no Posto 4 da Praia de Copacaba. Para mais informações, acesse a [página do evento](#) no Facebook.

Por Nataly Simões

[Líderes na Câmara agem para reduzir cotas femininas](#)

Projeto prevê diminuir de 30% para 10% representação de mulheres em eleições; comissão também avalia fim de punições para partidos

[\(O Estado de S.Paulo, 24/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Com dificuldades para preencher **cotas de participação feminina em eleições**, líderes de partidos na **Câmara** discutem abrandar as regras para as eleições do ano que vem. Uma das ideias é reduzir de 30% para 10% o percentual mínimo obrigatório de candidatas mulheres a cargos no Legislativo. Outra proposta, já pronta para votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), prevê o fim das punições às legendas que não cumprirem a cota.

Para valer em 2020, quando serão escolhidos novos vereadores em mais de cinco mil cidades do País, as medidas precisam ser aprovadas até o início de outubro - isso porque alterações nas regras eleitorais precisam ser feitas até um ano antes da votação.

A proposta mais avançada para abrandar as regras é justamente de uma mulher. A presidente do Podemos, deputada **Renata Abreu** (SP), quer o fim das punições aos partidos caso o número mínimo de candidatas na eleição não seja cumprido. A medida já teve parecer favorável da deputada **Bia Kicis** (PSL-DF) na CCJ.

O partido de Bia é alvo da **Operação Sufrágio Ostentação**, da Polícia Federal, que investiga o uso de mulheres como laranjas na disputa eleitoral do ano passado. A suspeita é de que o diretório de Minas Gerais da legenda tenha registrado candidatas apenas para justificar repasses do fundo eleitoral. O ministro do Turismo, **Marcelo Álvaro Antonio**, presidia o diretório mineiro à época - ele nega irregularidades.

Dos 24 candidatos que não receberam nem um único voto em 2018 - nem o próprio -, 21 eram mulheres. Destas, 17 não arrecadaram nem gastaram nada. **[Na Câmara, a bancada passou de 51 para 77 deputadas.](#)** Apesar do avanço, elas representam apenas 15% dos 584 parlamentares no Congresso Nacional.

“Queremos que os partidos mantenham a busca por candidaturas de cada gênero, mas que não sejam penalizados pelo quadro político que se apresentar em cada pleito”, afirmou Renata ao **Estado**.

Em maio, o Congresso já havia aprovado uma **anistia** para partidos que não cumpriram a

exigência de investir ao menos 5% do **Fundo Partidário** na participação feminina na política. Na ocasião, o projeto foi relatado pelo deputado **Paulinho da Força** (SD-SP), líder da bancada do Solidariedade. Ele também defende a alteração nas regras para as próximas eleições.

‘Laranja’. Segundo deputados do Novo, o presidente da Câmara, **Rodrigo Maia** (DEM-RJ), afirmou em reunião na semana passada que pretende colocar propostas de reforma política em pauta após a volta do recesso parlamentar. Procurado nesta terça-feira, 23, ele não foi encontrado.

A proposta de reduzir o percentual mínimo de candidatas mulheres, em vigor desde a disputa de 2010, também é do **Podemos**. Autor do projeto, o líder do partido na Câmara, **José Nelto** (GO), justifica que a regra atual abre margem para fraudes. “Cada partido terá liberdade para definir seu percentual. A atual legislação favorece ao laranja. Se continuar assim, 2020 será um festival de laranja como nunca se viu”, afirmou.

Tanto essa como a proposta de acabar com a punição enfrenta resistência na bancada feminina. A líder da frente, a deputada **Professora Dorinha** (DEM-TO), considera “vergonhoso” a Câmara discutir as medidas. “É muito ruim. Em minha opinião, não pode prosperar. Vamos lutar até o final contra esse projeto”, disse a parlamentar.

Sistema eleitoral. Além da discussão sobre as mudanças nas regras para as mulheres, a ideia, de acordo com os presentes na reunião com Maia, é de a Câmara voltar a debater mudanças na forma de se eleger deputados e vereadores, com a implantação do sistema conhecido como **“distritão”**.

Atualmente, a eleição para o Legislativo se dá pelo sistema proporcional – ou seja, para ser eleito, o candidato depende não apenas dos votos que recebe, mas também dos votos recebidos pelo partido ou coligação. Os assentos parlamentares são distribuídos conforme essa votação partidária.

Pelo chamado “distritão”, os eleitos seriam aqueles deputados e vereadores com maior votação, a exemplo do que ocorre com prefeitos, governadores, senadores e presidente. A medida serviria de transição para um modelo de votação chamado **distrital misto**, quando parte das cadeiras nas assembleias e câmaras municipais, além da Câmara dos Deputados, seriam destinadas aos mais votados e a outra parte aos eleitos regionalmente nos distritos eleitorais.

“Estamos tentando fazer um acordo de transição para agradar gregos e troianos, aprovando o ‘distritão’ em 2020 e 2022 e, a partir de 2024, o distrital misto”, afirmou o líder do Podemos.

Representação de mulheres na Casa é de 15%

Ainda que a participação feminina no Congresso seja hoje a maior da história, as mulheres ocupam 77 das 513 cadeiras disponíveis na Câmara dos Deputados – o equivalente a 15%. Na Legislatura anterior, esse percentual era de 9,5%.

Três Estados (Amazonas, Maranhão e Sergipe) não possuem nenhuma representante feminina em suas bancadas. Em outros sete Estados, há apenas uma representante do sexo feminino. Na Legislatura anterior, eram cinco os Estados sem nenhuma deputada e outros oito com apenas uma mulher como representante na Câmara.

Já os melhores índices de representatividade feminina são encontrados no Distrito Federal e Acre, que possuem cinco e quatro deputadas federais, respectivamente. Cada um tem direito a oito deputados. Ou seja, 65,5% das cadeiras da bancada do Distrito Federal são ocupadas por mulheres e, no Acre, a bancada é dividida.

Proporcionalmente, os dois Estados apresentaram o maior aumento da presença de mulheres nas bancadas federais em relação à Legislatura anterior: o DF aumentou de uma para cinco, enquanto no Acre a variação foi de uma para quatro. Já Tocantins, Pará, Ceará, Amazonas e Maranhão, diminuíram sua bancada feminina na Câmara.

No recorte por regiões, o Nordeste tem o pior índice: apenas 12 dos seus 151 assentos na Câmara são ocupados por mulheres - menos de 8%.

Centro-Oeste e Norte possuem as maiores porcentagens de presença feminina na Câmara: 24,3% e 23%, respectivamente. Sudeste e Sul apresentam, cada um, pouco menos de 16% de mulheres entre seus deputados federais.

Por Renato Onofre e Camila Turtelli. Colaboraram Paulo Beraldo e Vinicius Passarelli, especial para O Estado.